ADVOGADO

INSTRUÇÕES

Leia atentamente e cumpra rigorosamente as instruções que seguem, pois elas são parte integrante das provas e das normas que regem esse certame.
Atente-se aos avisos contidos no quadro da sala.

Você recebeu do fiscal o seguinte material: a) Caderno de Questões da Prova Objetiva com as questões desta; b) Folha de Respostas destinada às respostas das questões da Prova Objetiva.

Seus pertences deverão estar armazenados dentro de embalagem específica fornecida pelo fiscal, permanecendo em sua posse somente caneta esferográfica de material transparente, com tinta azul ou preta, lanche e água, se houver. A utilização de qualquer material não permitido em edital é expressamente proibida, acarretando a sua imediata eliminação do certame.

É responsabilidade do candidato certificar-se de que recebeu a prova correspondente (verifique o cabeçalho do Caderno de Questões). Notifique o fiscal qualquer irregularidade.

FOLHEAR O CADERNO DE QUESTÕES ANTES DO INÍCIO DA PROVA IMPLICA NA ELIMINAÇÃO DO CANDIDATO. SOMENTE APÓS AUTORIZADO O INÍCIO DA PROVA, VERIFIQUE SE ESTE CADERNO DE QUESTÕES ESTÁ COMPLETO E EM ORDEM. NOTIFIQUE O FISCAL QUALQUER IRREGULARIDADE IMEDIATAMENTE.

Não esqueça de assinar seu nome, com caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul, no espaço próprio da Folha de Respostas.

O candidato deverá assinalar as respostas das questões da Prova Objetiva na Folha de Respostas, preenchendo os alvéolos com caneta esferográfica transparente, de tinta azul ou preta. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos de marcações feitas incorretamente na Folha de Respostas (dupla marcação, marcação rasurada, marcação emendada, falta de marcação e campo de marcação não preenchido integralmente).

Tenha muito cuidado com a Folha de Respostas para não DOBRAR, AMASSAR ou MANCHAR. Ambas somente poderão ser substituídas caso estejam danificadas em suas margens superior ou inferior – BARRA DE RECONHECIMENTO PARA LEITURA ÓTICA.
Quando terminar, entregue obrigatoriamente ao fiscal a Folha de Respostas. **NÃO DEIXE DE ASSINAR A LISTA DE PRESENÇA.**

Direito Administrativo

Questão 01

A Lei nº 8.429/1992, conhecida como Lei de Improbidade Administrativa, estabelece normas para a punição de atos lesivos à administração pública.

De acordo com essa lei, qual é a consequência prevista para um agente público que pratica ato de improbidade administrativa?

(A) Multa de 10% do salário mensal.
(B) Advertência em sua ficha funcional.
(C) Perda do direito à aposentadoria.
(D) Suspensão do salário por 90 dias.
(E) Perda do cargo ou função pública, suspensão dos direitos políticos e pagamento de multa civil.

Questão 02

Assinale a alternativa que conste a função típica do Poder Executivo na esfera do Direito Administrativo.

(A) Executar as políticas públicas e administrar os recursos do Estado.
(B) Julgar processos administrativos e fiscais.
(C) Elaborar leis e regulamentos.
(D) Interpretar as normas constitucionais.
(E) Definir a constitucionalidade das leis.

Questão 03

Qual dos seguintes princípios do Direito Administrativo estabelece que a Administração Pública deve agir de acordo com a Lei e em conformidade com o interesse público?

(A) Princípio da eficiência.
(B) Princípio da supremacia do interesse privado.
(C) Princípio da impessoalidade.
(D) Princípio da legalidade.
(E) Princípio da discricionariedade.

Questão 04

Assinale a alternativa que consta quais são as principais fontes do Direito Administrativo.

(A) Apenas a jurisprudência dos tribunais superiores.
(B) Constituição, leis, regulamentos, doutrina e jurisprudência.
(C) Leis e normas internas dos órgãos públicos.
(D) Apenas a Constituição Federal.
(E) Somente tratados internacionais.

Questão 05

Assinale a alternativa que consta qual é a natureza jurídica e o objeto do Direito Administrativo.

(A) Natureza jurídica: Direito Público; Objeto: Regula as relações entre particulares.
(B) Natureza jurídica: Híbrida (Direito Público e Privado); Objeto: Estabelece as normas para contratos privados.
(C) Natureza jurídica: Direito Administrativo não possui natureza jurídica definida; Objeto: Limita-se à regulamentação de atos do Poder Executivo.
(D) Natureza jurídica: Direito Privado; Objeto: Disciplina as relações entre o Estado e os cidadãos.
(E) Natureza jurídica: Direito Público; Objeto: Regula as relações do Estado com os particulares e a organização da Administração Pública.

Direito Processual Civil

Questão 06

Na jurisdição voluntária, os procedimentos judiciais são utilizados para lidar com questões nas quais não há conflito entre as partes, mas sim a necessidade de intervenção do Poder Judiciário para certos atos ou decisões. Qual dos seguintes exemplos melhor ilustra um procedimento de jurisdição voluntária?

(A) Um pedido de indenização por danos morais em decorrência de um acidente de trânsito.
(B) A homologação de um testamento feito por um testador falecido.
(C) Um processo de execução fiscal para cobrança de tributos atrasados.
(D) Um processo criminal para julgamento de um réu acusado de cometer um crime.
(E) Uma ação de divórcio na qual as partes discordam da partilha de bens e da guarda dos filhos.

Questão 07

Assinale a alternativa que consta a principal característica da função jurisdicional exercida pelo Poder Judiciário em um sistema democrático.

(A) Resolver litígios de forma autoritária, sem considerar as partes envolvidas.
(B) Executar ações políticas em nome do Estado.
(C) Prover decisões que atendam aos interesses do governo.
(D) Garantir a imparcialidade e a equidade na resolução de conflitos entre as partes.
(E) Priorizar a eficiência administrativa em detrimento da justiça.

Questão 08

No contexto do Direito Processual Civil, a tutela provisória é uma medida que visa a assegurar a eficácia da jurisdição, especialmente quando há urgência. Qual das seguintes alternativas descreve corretamente uma característica da tutela provisória?

(A) A tutela provisória é concedida automaticamente a qualquer parte que solicite, independentemente de demonstração de urgência ou de direito.

(B) A tutela provisória é exclusivamente aplicada a processos de execução, visando a garantir o cumprimento de decisões judiciais.

(C) A tutela provisória é irreversível, ou seja, uma vez concedida, não pode ser modificada ou revogada.

(D) A tutela provisória pode ser concedida em caráter antecedente, incidental ou satisfativo, de acordo com a natureza do direito e a urgência do caso.

(E) A tutela provisória pode ser concedida apenas em processos de conhecimento, não sendo aplicável em medidas cautelares.

Questão 09

Em um processo cível, um dos litigantes faleceu antes da prolação da sentença. Qual é a situação processual resultante desse falecimento?

(A) O processo é suspenso até que os herdeiros ou um novo representante legal se habilitem nos autos.

(B) O processo é extinto sem resolução do mérito.

(C) O processo continua normalmente, com a participação dos herdeiros do falecido.

(D) O processo é arquivado definitivamente.

(E) O juiz nomeia um curador para representar o falecido no processo.

Questão 10

Em Direito Processual, a preclusão é um conceito que se relaciona ao:

(A) Prazo para interpor uma ação judicial.

(B) Direito de obter provas durante a instrução processual.

(C) Direito de recorrer de uma decisão judicial.

(D) Encerramento de uma fase processual, impedindo que questões já decididas sejam novamente discutidas.

(E) Sigilo de informações no processo.

Questão 11

Em Direito Processual Civil, o litisconsórcio se refere a:

(A) O procedimento para apressar a análise de processos judiciais.

(B) A possibilidade de uma parte do processo agir em nome de todas as partes envolvidas.

(C) A exclusão de partes em um processo para simplificar a ação judicial.

(D) A escolha do juiz competente para julgar um caso específico.

(E) A situação em que várias partes atuam no mesmo processo, seja como autores ou réus, com o mesmo objeto e causa de pedir.

Questão 12

No âmbito do sistema judiciário, qual é o meio de impugnação de uma decisão judicial proferida em primeira instância, quando a parte discorda do julgamento?

(A) Ação Rescisória.

(B) Recurso Especial.

(C) Agravo de Instrumento.

(D) Habeas Corpus.

(E) Apelação.

Questão 13

No contexto do Direito Processual, os pressupostos processuais são elementos fundamentais para a validade e regularidade do processo. Qual dos seguintes elementos é um exemplo de pressuposto processual?

(A) A prescrição do direito em disputa.

(B) O mérito da causa.

(C) A capacidade processual das partes.

(D) O direito material que está em disputa no processo.

(E) A decisão final do juiz.

Questão 14

No contexto do Direito Processual Civil, qual é o principal objetivo das normas processuais?

(A) Facilitar a atuação do juiz como árbitro imparcial nas questões em litígio.

(B) Acelerar o processo para que ele seja concluído o mais rápido possível.

(C) Promover a simplificação dos procedimentos processuais, eliminando formalidades desnecessárias.

(D) Estabelecer regras e procedimentos para assegurar a efetivação do direito material das partes em disputa.

(E) Garantir que todas as partes envolvidas no processo obtenham decisões favoráveis.

Questão 15

Em um caso de litígio entre um órgão público e um particular, a Advocacia-Geral da União (AGU) atua na defesa dos interesses do Estado.

Se a AGU não concordar com uma decisão judicial terminativa, proferida pelo Tribunal competente, que afronte disposição literal da lei federal, qual é o recurso apropriado que a AGU pode interpor?

(A) Recurso Especial.

(B) Mandado de Segurança.

(C) Reclamação.

(D) Apelação.

(E) Habeas Corpus.

Direito Contistucional

Questão 16

O Mandado de Segurança é uma ação judicial destinada à proteção de direitos líquidos e certos contra atos ilegais ou abusivos de autoridades públicas. Qual dos seguintes casos NÃO é uma situação típica em que um Mandado de Segurança pode ser impetrado?

(A) Quando um candidato perde uma eleição e alega fraude no processo eleitoral.
(B) Quando um servidor público é demitido por justa causa após processo administrativo regular.
(C) Quando um concurso público é anulado devido a irregularidades no processo de seleção.
(D) Quando um particular tem sua propriedade desapropriada pelo Estado sem a devida indenização.
(E) Quando um cidadão é impedido de ter acesso a informações públicas que deveriam ser de livre acesso.

Questão 17

As disposições constitucionais transitórias são:

(A) Normas temporárias que regulam situações de transição e adaptação após a promulgação da Constituição.
(B) Normas que tratam exclusivamente da organização do Poder Judiciário.
(C) Normas que não podem ser alteradas ou emendadas.
(D) Normas que só se aplicam em caso de conflito armado.
(E) Normas que não têm vigência na Constituição.

Questão 18

O Poder Constituinte dos Estados refere-se à capacidade de um estado soberano de criar ou revisar sua Constituição. Qual dos seguintes limites pode ser imposto a esse poder?

(A) O Poder Constituinte dos Estados está sujeito apenas à aprovação do Poder Legislativo Estadual.
(B) O Poder Constituinte dos Estados pode ser exercido de forma unilateral, independentemente de outros órgãos ou poderes.
(C) O Poder Constituinte dos Estados não está sujeito a limitações, exceto nos casos de estados monárquicos.
(D) O Poder Constituinte dos Estados é absoluto e não está sujeito a limitações.
(E) O Poder Constituinte dos Estados não pode violar direitos fundamentais garantidos pela Constituição Federal.

Questão 19

Na Teoria da Constituição, qual dos seguintes conceitos se refere à ideia de que o poder do Estado é limitado por uma Constituição escrita que estabelece os direitos fundamentais e a estrutura do governo?

(A) Constitucionalismo.
(B) Monarquia constitucional.
(C) Supremacia parlamentar.
(D) Separação de poderes.
(E) Soberania absoluta.

Questão 20

Qual dos seguintes princípios relacionados à responsabilidade dos agentes políticos estabelece que eles devem prestar contas de suas ações ao povo e às instituições estatais, garantindo a transparência e a prestação de contas em um sistema democrático?

(A) Publicidade.
(B) Sigilo.
(C) Imprescritibilidade.
(D) Imunidade parlamentar.
(E) Anistia.

Questão 21

Assinale a alternativa que se refere à capacidade de produção de efeitos jurídicos de uma norma em relação a situações concretas.

(A) Validade.
(B) Efetividade.
(C) Redundância.
(D) Abstratividade.
(E) Vigência.

Questão 22

As Constituições Estaduais são:

(A) Normas estaduais que se aplicam apenas ao Poder Executivo de um estado.
(B) Documentos autônomos que não podem conter disposições contrárias à Constituição Federal.
(C) Normas que não possuem qualquer relação com a Constituição Federal.
(D) Acordos internacionais firmados entre estados federados.
(E) Regulamentos internos de órgãos estaduais do Poder Legislativo.

Questão 23

Qual é o conceito de uma Constituição e como as Constituições podem ser classificadas?

(A) Uma Constituição é um tratado internacional que rege as relações entre Estados. As Constituições podem ser classificadas como materiais ou formais, dependendo de seu conteúdo.

(B) Uma Constituição é a norma mais importante de um país, estabelecendo a estrutura do governo e os direitos fundamentais. As Constituições podem ser classificadas como escritas ou consuetudinárias, dependendo de sua forma.

(C) Uma Constituição é um documento não escrito que reflete costumes e tradições de um país. As Constituições podem ser classificadas como rígidas ou flexíveis, dependendo de sua capacidade de serem emendadas.

(D) Uma Constituição é uma lei que rege as relações internacionais de um país. As Constituições podem ser classificadas como codificadas ou não codificadas, dependendo de sua forma de apresentação.

(E) Uma Constituição é um contrato social estabelecido por grupos étnicos em uma nação. As Constituições podem ser classificadas como provisórias ou definitivas, dependendo de sua duração.

Questão 24

No contexto dos regimes de servidores públicos, qual das seguintes alternativas descreve corretamente o princípio de "estabilidade no serviço público"?

(A) Garante que todos os servidores públicos, independentemente de sua posição ou função, tenham prazo determinado para ocupar seus cargos.

(B) Permite que os servidores públicos exerçam cargos em diferentes setores da administração pública sem restrições.

(C) Garante que os servidores públicos nunca possam ser demitidos ou exonerados de seus cargos, independentemente de seu desempenho ou conduta.

(D) Estabelece que os servidores públicos podem ser demitidos a critério exclusivo da administração, sem a necessidade de justificativa.

(E) Garante que os servidores públicos somente podem ser demitidos por justa causa, após processo administrativo regular e com amplo direito de defesa.

Questão 25

No contexto da teoria da separação de poderes, o princípio da "checks and balances" (freios e contrapesos) descreve:

(A) A capacidade do Poder Legislativo de vetar decisões do Poder Judiciário.

(B) O equilíbrio entre os poderes para evitar que um deles acumule excessivo poder e influência.

(C) A subordinação do Poder Legislativo ao Poder Executivo.

(D) A supremacia do Poder Judiciário na interpretação da Constituição.

(E) A capacidade do Poder Executivo de controlar as finanças públicas.

Direito Tributário

Questão 26

Em direito tributário, a "capacidade tributária" se refere a:

(A) A habilidade de um cidadão em pagar tributos de acordo com sua renda e patrimônio.

(B) A responsabilidade de um contribuinte em pagar tributos de forma voluntária, independentemente de sua situação financeira.

(C) A capacidade de um órgão governamental em fiscalizar o cumprimento das obrigações tributárias.

(D) O direito de um indivíduo ou empresa de se isentar do pagamento de tributos em determinadas situações.

(E) A aptidão de um ente federativo em criar, instituir e cobrar tributos de acordo com o que está previsto em sua legislação tributária.

Questão 27

Com relação às limitações ao poder de tributar, é vedado a prática das seguintes condutas, exceto:

(A) Exigir tributos no exercício financeiro seguinte ao que houver sido publicada a lei que o instituiu ou aumentou.

(B) Exigir ou aumentar tributo independentemente de prévia autorização legal.

(C) Cobrar retroativamente tributos em relação a fatos geradores antes do início da vigência de lei específica para tal fim.

(D) Estabelecer um tributo que tenha efeito de confisco.

(E) No caso específico da União, instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional.

Questão 28

Um auditor fiscal tem acesso a informações fiscais confidenciais de uma empresa durante uma fiscalização de rotina. Qual das seguintes opções reflete uma situação de quebra do sigilo fiscal?

(A) O auditor fiscal informa ao contribuinte que está realizando uma fiscalização sem compartilhar informações específicas.

(B) O auditor fiscal acessa as informações fiscais apenas para fins de cumprir suas atribuições de fiscalização.

(C) O auditor fiscal fornece à empresa uma cópia do relatório de fiscalização.

(D) O auditor fiscal divulga as informações fiscais da empresa a terceiros sem autorização.

(E) O auditor fiscal compartilha as informações com outros órgãos governamentais para fins de investigação de crimes fiscais.

Questão 29

No contexto das obrigações acessórias em direito tributário, o "fato gerador" da obrigação acessória se refere a:

(A) O evento que dá origem ao pagamento de um tributo.
(B) Qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.
(C) O processo de autuação fiscal realizado pela autoridade tributária.
(D) A data em que o contribuinte efetua o pagamento do tributo devido.
(E) O montante do tributo a ser pago pelo contribuinte.

Questão 30

Em uma empresa, o auditor fiscal realizou uma auditoria nas demonstrações financeiras e detectou que a empresa não recolheu corretamente um tributo nos últimos três anos. A empresa recebeu uma notificação do fisco informando sobre o erro e exigindo o pagamento do tributo devido, acrescido de juros e multa. Nesse cenário, qual fase do processo de constituição do crédito tributário está ocorrendo?

(A) Pagamento.
(B) Lançamento.
(C) Execução fiscal.
(D) Contencioso administrativo.
(E) Inscrição em dívida ativa.

Direito do Trabalho

Questão 31

Qual dos seguintes enunciados CORRETAMENTE descreve a terceirização no contexto do Direito do Trabalho no Brasil?

(A) Terceirização é a prática de uma empresa dividir sua força de trabalho em duas categorias: empregados regulares e empregados terceirizados, com base na nacionalidade dos trabalhadores.
(B) Terceirização refere-se à contratação de serviços especializados de uma empresa por outra para executar atividades que não fazem parte de seu objeto social, permitindo a focalização no core business.
(C) Terceirização é a prática de uma empresa contratar trabalhadores temporários para executar atividades internas e essenciais da empresa, visando reduzir custos trabalhistas.
(D) Terceirização é a contratação de trabalhadores temporários para substituir permanentemente os funcionários regulares de uma empresa.
(E) Terceirização implica que os trabalhadores contratados têm os mesmos direitos trabalhistas que os funcionários regulares da empresa contratante, incluindo benefícios e segurança no emprego.

Questão 32

De acordo com a Constituição Federal de 1988, qual dos seguintes direitos NÃO é garantido aos trabalhadores no Brasil?

(A) Direito à aposentadoria por invalidez.
(B) Direito a férias remuneradas.
(C) Direito ao salário mínimo.
(D) Direito à jornada de trabalho de até 44 horas semanais.
(E) Direito à greve.

Questão 33

Qual dos seguintes princípios NÃO é um princípio fundamental do Direito do Trabalho?

(A) Princípio da continuidade da relação de emprego.
(B) Princípio da subordinação.
(C) Princípio da proteção.
(D) Princípio da norma mais favorável.
(E) Princípio da irrenunciabilidade de direitos.

Questão 34

Qual é o objetivo principal do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no Brasil?

(A) Financiar o setor de construção civil no país.
(B) Servir como um fundo de previdência privada para trabalhadores de baixa renda.

(C) Fornecer empréstimos de baixo juro aos trabalhadores.

(D) Garantir uma renda adicional aos trabalhadores após a aposentadoria.

(E) Proporcionar uma reserva de recursos financeiros para os trabalhadores em caso de demissão sem justa causa.

Questão 35

Qual dos seguintes princípios do Direito do Trabalho se refere à ideia de que as normas e condições de trabalho devem ser interpretadas de maneira mais favorável ao trabalhador em caso de dúvida?

(A) Princípio da norma mais favorável.

(B) Princípio da autonomia da vontade.

(C) Princípio da razoabilidade.

(D) Princípio da reciprocidade.

(E) Princípio da inalienabilidade dos direitos trabalhistas.

Questão 36

Qual é a principal diferença entre uma greve e um "lockout" no contexto das relações de trabalho?

(A) Greve é uma ação coletiva dos trabalhadores em que eles se recusam a trabalhar como forma de pressionar os empregadores, enquanto "lockout" é uma ação dos empregadores, que fecham suas instalações para forçar os trabalhadores a aceitar suas demandas.

(B) Greve é uma ação em que os trabalhadores recusam-se a cumprir um contrato de trabalho, enquanto "lockout" é uma paralisação das atividades por parte dos empregadores devido a dificuldades financeiras.

(C) Greve é uma ação realizada pelos empregadores, enquanto "lockout" é uma ação dos trabalhadores.

(D) Greve e "lockout" são termos intercambiáveis e podem ser usados para descrever ações semelhantes realizadas por empregadores e trabalhadores.

(E) Greve e "lockout" são proibições legais de qualquer tipo de ação coletiva nas relações de trabalho.

Questão 37

Qual é a principal finalidade das Súmulas do Tribunal Superior do Trabalho (TST) no sistema jurídico brasileiro?

(A) Determinar as penas e sanções a serem aplicadas a empregadores que não cumpram as leis trabalhistas.

(B) Estabelecer novas leis trabalhistas para o Brasil.

(C) Fixar diretrizes gerais para os sindicatos de trabalhadores e empregadores.

(D) Servir como base para a criação de novas jurisprudências nos tribunais inferiores.

(E) Uniformizar a interpretação das leis trabalhistas em todo o território nacional.

Questão 38

De acordo com o Direito do Trabalho, qual é a diferença fundamental entre "salário" e "remuneração"?

(A) Salário é a quantia paga ao trabalhador por horas extras, enquanto remuneração inclui apenas o pagamento por trabalho regular.

(B) Salário é o pagamento pelo trabalho regular, enquanto remuneração é a compensação adicional concedida apenas a trabalhadores com alto desempenho.

(C) Salário é a compensação mensal fixa, enquanto remuneração é o valor total anual que o trabalhador recebe, incluindo bônus e prêmios.

(D) Salário é um termo mais geral que engloba todos os componentes da compensação do trabalhador, incluindo dinheiro, benefícios e vantagens, enquanto remuneração se refere especificamente à quantia em dinheiro paga.

(E) Salário é o pagamento base de um trabalhador, excluindo todos os benefícios e adicionais, enquanto remuneração se refere a qualquer forma de pagamento ou vantagem, independentemente de sua natureza.

Questão 39

Assinale a alternativa que consta qual é a diferença fundamental entre uma "Convenção Coletiva de Trabalho" e um "Acordo Coletivo de Trabalho" no contexto do Direito do Trabalho.

(A) Uma Convenção Coletiva é um acordo entre uma empresa e um sindicato, enquanto um Acordo Coletivo é um acordo entre sindicatos representando diferentes categorias profissionais.

(B) Uma Convenção Coletiva é um acordo de natureza temporária, enquanto um Acordo Coletivo é de caráter permanente e não sujeito a renegociação.

(C) Uma Convenção Coletiva é um acordo que envolve negociações intermediadas pelo Ministério do Trabalho, enquanto um Acordo Coletivo é negociado diretamente entre empregadores e trabalhadores.

(D) Uma Convenção Coletiva é um acordo que se aplica a todos os trabalhadores de uma categoria econômica em uma área geográfica específica, enquanto um Acordo Coletivo se aplica apenas a trabalhadores de uma empresa individual.

(E) Uma Convenção Coletiva é restrita a questões salariais, enquanto um Acordo Coletivo aborda questões mais abrangentes, incluindo condições de trabalho e benefícios.

Questão 40

Qual é a diferença fundamental entre uma "Relação de Trabalho" e uma "Relação de Emprego" de acordo com a

legislação trabalhista no Brasil?

(A) Na Relação de Trabalho, o trabalhador é subordinado ao empregador, enquanto na Relação de Emprego, ele é considerado um colaborador independente.

(B) A Relação de Emprego é mais informal, não exigindo um contrato por escrito, ao passo que na Relação de Trabalho, um contrato formal é obrigatório.

(C) A Relação de Trabalho é exclusiva de empregados públicos, enquanto a Relação de Emprego se aplica apenas a trabalhadores do setor privado.

(D) A Relação de Trabalho envolve trabalhadores autônomos, enquanto a Relação de Emprego envolve apenas trabalhadores contratados.

(E) Na Relação de Trabalho, o trabalhador não recebe remuneração, enquanto na Relação de Emprego, ele é remunerado.

Legislação Específica do Sistema CONFEA/CREA

Questão 41

De acordo com a Resolução Confea nº 1.137/2023, a nulidade da ART ocorrerá quando:

(A) For verificada lacuna no preenchimento, erro ou inexatidão insanável de qualquer dado da ART.

(B) For verificada incompatibilidade entre as atividades desenvolvidas e as atribuições profissionais do responsável técnico à época do registro da ART.

(C) For verificado que o profissional emprestou seu nome a pessoas físicas ou jurídicas sem sua real participação nas atividades técnicas descritas na ART, após decisão transitada em julgado;

(D) Todas as alternativas estão corretas.

(E) For caracterizada outra forma de exercício ilegal da profissão.

Questão 42

Relativamente à Certidão de Acervo Operacional – CAO regulamentada pela Resolução Confea nº 1.137/2023, julgue os itens a seguir:

I – A CAO é válida em todo o território nacional.

II – A CAO perderá a validade no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos ou quantitativos nela contidos em razão de substituição ou anulação da ART.

III – A CAO perderá a validade somente no caso de modificação dos dados técnicos qualitativos, sendo irrelevante qualquer modificação quantitativa nela contida em razão de substituição ou anulação da ART.

IV – Após a emissão da CAO, os dados para sua validação serão automaticamente transmitidos ao Módulo Cadastro Nacional de ART do Sistema de Informações do Sistema Confea/Crea-SIC.

Está correto o contido nos itens:

(A) II, III e IV, apenas.

(B) II e III, apenas.

(C) I, II e IV, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Questão 43

Não pertencem aos Conselhos Regionais as seguintes atribuições:

(A) Registrar as tabelas básicas de honorários profissionais elaboradas pelos órgãos de classe.

(B) Julgar em grau de recurso, os processos de imposição de penalidades e multas.

(C) Julgar e decidir, em grau de recurso, os processos de infração da presente lei e do Código de Ética, enviados pelas Câmaras Especializadas.

(D) Publicar anualmente a relação de títulos, cursos e escolas de ensino superior, assim como, periodicamente, relação de profissionais habilitados.

(E) Organizar, disciplinar e manter atualizado o registro dos profissionais e pessoas jurídicas que, nos termos da Lei nº 5.194/66, se inscrevam para exercer atividades de engenharia ou agronomia, na Região.

Questão 44

No que diz respeito ao cancelamento de registro profissional por má conduta pública, escândalo ou crime infamante (Resolução Confea nº 1.090/2016), assinale a alternativa incorreta:

(A) Caberá à câmara especializada da modalidade do denunciado, no caso de recebimento de denúncia, encaminhar o processo à Comissão de Ética Profissional, com a indicação expressa para que aquela comissão averigue a ocorrência de infração ao art. 75 da Lei n° 5.194, de 1966, ou ao Código Ética Profissional.

(B) Considera-se crime infamante aquele que acarreta desonra, indignidade e infâmia ao seu autor, ou que repercute negativamente em toda a categoria profissional, atingindo a imagem coletiva dos profissionais do Sistema Confea/Crea.

(C) O enquadramento da infração por crime considerado infamante dependerá da apresentação da decisão criminal transitada em julgado.

(D) O Crea deverá instaurar processo de ofício quando constatados por qualquer meio à sua disposição, inclusive a partir de notícias veiculadas em meios de comunicação idôneos, indícios de má conduta pública, escândalo ou condenação por crime infamante.

(E) O profissional que tiver o seu registro cancelado por má conduta pública, escândalo ou crime infamante poderá requerer sua reabilitação, mediante novo registro, decorridos no mínimo três anos da data do trânsito em julgado da decisão administrativa que ensejou seu cancelamento.

Questão 45

De acordo com a Resolução Confea nº 1.137/2023, analise as seguintes afirmações:

I - Todo contrato escrito ou verbal para execução de obras ou prestação de serviços relativos às profissões abrangidas pelo Sistema Confea/Crea fica sujeito ao registro da ART no Crea em cuja circunscrição for exercida a respectiva atividade.

II – É imprescindível para o registro da ART que o contrato para a execução de obras seja escrito, não se admitindo a existência de contrato verbal.

III - O cancelamento da ART ocorrerá quando nenhuma das atividades técnicas da ART forem executadas ou quando a ART tiver sido registrada em duplicidade.

IV - O Crea deverá comunicar ao profissional, à pessoa jurídica contratada e ao contratante o cancelamento da ART.

Estão corretos:

(A) Nenhuma das alternativas.
(B) II e III, apenas;
(C) I, III e IV, apenas.
(D) I, II e IV, apenas;
(E) I e III, apenas;

Questão 46

Em relação ao mandato e posse do Vice-Presidente do Confea (Resolução Confea nº 1.015/2006), assinale a alternativa incorreta:

(A) Ocorrendo vacância de função de vice-presidente, o presidente indicará para homologação do Plenário outro conselheiro federal para a complementação do mandato.
(B) O vice-presidente toma posse perante o conselheiro que preside o plenário do Confea na segunda sessão plenária ordinária do período de mandato para o qual foi indicado.
(C) A substituição do presidente pelo vice-presidente somente será caracterizada como efetivo exercício do mandato de presidente quando ocorrer em caráter permanente.
(D) O vice-presidente toma posse perante o presidente do Confea na primeira sessão plenária ordinária do período de mandato para o qual foi indicado.
(E) O termo de posse deve ser assinado pelo presidente e pelo vice-presidente.

Questão 47

De acordo com o Regimento do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – Confea, assinale a alternativa incorreta:

(A) O Plenário do Confea tem sua composição renovada em um terço anualmente.
(B) O Plenário do Confea é constituído por um presidente e por conselheiros federais e estaduais de acordo com o disposto em normativo específico.
(C) O presidente do Confea assina o termo de posse na sessão plenária de homologação da eleição, com efeitos a partir do primeiro dia do período de mandato para o qual foi eleito.
(D) É vedado ao profissional ocupar o cargo de conselheiro federal no Confea por mais de dois períodos sucessivos.
(E) A Comissão de Articulação Institucional do Sistema – CAIS tem por finalidade identificar as questões que envolvam as profissões inseridas no Sistema Confea/Crea, propondo ações para a integração deste com o Estado e a sociedade globalizada.

Questão 48

De acordo com a Lei nº 5.194/66, assinale a alternativa incorreta:

(A) O Conselho Regional organizará e manterá atualizada a relação dos títulos concedidos pelas escolas e faculdades, bem como seus cursos e currículos, com a indicação das suas características.
(B) Os estudos, plantas, projetos, laudos e qualquer outro trabalho de engenharia e de agronomia, quer público, quer particular, somente poderão ser submetidos ao julgamento das autoridades competentes e só terão valor jurídico quando seus autores forem profissionais habilitados de acordo com a Lei nº 5.194/66.
(C) Cabe às Congregações das escolas e faculdades de engenharia e agronomia indicar, ao Conselho Federal, em função dos títulos apreciados através da formação profissional, em termos genéricos, as características dos profissionais por ela diplomados.
(D) Enquanto durar a execução de obras, instalações e serviços de qualquer natureza, é obrigatória a colocação e manutenção de placas visíveis e legíveis ao público, contendo o nome do autor e coautores do projeto, em todos os seus aspectos técnicos e artísticos, assim como os dos responsáveis pela execução dos trabalhos.
(E) São nulos de pleno direito os contratos referentes a qualquer ramo da engenharia ou da agronomia, inclusive a elaboração de projeto, direção ou execução de obras, quando firmados por entidade pública ou particular com pessoa física ou jurídica não legalmente habilitada a praticar a atividade nos termos da Lei nº 5.194/66.

Questão 49

São enquadráveis como má conduta ou escândalos passíveis de cancelamento do registro profissional, entre outros, os seguintes atos e comportamentos:

I- incidir em erro técnico grave por negligência, imperícia ou imprudência, causando danos.

II - manter no exercício da profissão conduta

incompatível com a honra, a dignidade e a boa imagem da profissão.

III - fazer falsa prova de qualquer dos requisitos para o registro no Crea.

IV - ter sido penalizado uma vez por censura pública, em processo transitado em julgado, nos últimos cinco anos.

Está correto o que se afirma em:

(A) I, II e III.
(B) I e II, apenas.
(C) I, II e IV.
(D) I e IV.
(E) I e III, apenas.

Questão 50

Para os fins da Resolução Confea nº 1.090/2017, considera-se:

(A) Imprudência: a atuação do profissional que, mesmo podendo prever consequências negativas, pratica ato sem considerar o que acredita ser fonte de erro.
(B) Negligência: a atuação do profissional que se incumbe de atividades para as quais não possua conhecimento técnico suficiente, mesmo tendo legalmente essas atribuições.
(C) Imperícia: a atuação omissa do profissional ou a falta de observação do seu dever, principalmente aquela relativa à não participação efetiva na autoria do projeto ou na execução do empreendimento.
(D) Escândalo: a atuação incorreta, irregular, que atenta contra as normas legais ou que fere a moral quando do exercício profissional.
(E) Má conduta pública: aquilo que, quando do exercício profissional, perturba a sensibilidade do homem comum pelo desprezo às convenções ou à moral vigente, ou causa indignação provocada por um mau exemplo, por má conduta pública ou por ação vergonhosa, leviana, indecente, ou constitui acontecimento imoral ou revoltante que abala a opinião pública.